

**ANTONIO JOSÉ BIANCHIN**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cinara Ribeiro Gelain  
**Código Identificador:**099674B8

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 9.733, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Estabelece período de recesso coletivo para os estagiários lotados na Secretaria Municipal de Educação designados nas escolas da Rede Municipal de São Leopoldo.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 152 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as escolas da rede municipal de São Leopoldo estarão em férias coletivas no período de 04/01/2021 a 02/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir que os estagiários estejam atuando no mesmo período letivo das escolas da rede municipal de São Leopoldo, qual seja de 1º/03/2021 a 22/12/2021;

CONSIDERANDO o artigo 13 da Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o período de recesso aos estagiários;

CONSIDERANDO o Procedimento Investigatório nº 00890.00302/2018 do Ministério Público;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Osestagiários lotados na Secretaria Municipal de Educação, designados nas escolas da rede municipal de São Leopoldo e contratados até o dia 30/04/2020, serão contemplados com recesso coletivo no mesmo período das férias escolares, sendo de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2021, sem prejuízo à bolsa-auxílio.

**Parágrafo único.** No gozo do recesso não será pago auxílio transporte.

**Art. 2º.** Osestagiários contratados a partir do dia 02/05/2020 terão seus contratos rescindidos sendo observado o recesso legal proporcional ao período de contratação após término do ano letivo.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 09 de dezembro de 2020.

**ARY JOSÉ VANAZZI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Cármem Lúcia Freitas da Silva  
**Código Identificador:**86B6DD71

**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS**  
**ADITIVO Nº001/2020 AO CONTRATO Nº044/2017.**

SÚMULA DO TERMO ADITIVO 001/2020 AO CONTRATO Nº 044/2017

**MODALIDADE:** INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

**CONTRATADO:** HIGRA INDUSTRIAL LTDA. CNPJ Nº: 04.124.390/0001-62.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a realização de manutenção de motobombas marca HIGRA, modelos R1-260, R1-320, R1-390..

**RENOVAÇÃO:** Fica renovado pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01/12/2020. O valor da renovação é de R\$344.305,10.

**ANDERSON ETTER**  
Diretor-Geral - SEMAE

*São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.*

**Publicado por:**  
Márcia Simone Guimarães Machado  
**Código Identificador:**22F60CD2

**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS**  
**ADITIVO Nº001/2020 AO CONTRATO Nº3046/2019.**

SÚMULA DO TERMO ADITIVO Nº001/2020 CONTRATO Nº 3046/2019

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2019  
**CONTRATADO:** TEC SYSTEM SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA-EPP. - CNPJ Nº: 02.465.738/0010-50

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de serviço de link de internet com IP dedicado, sendo pelo menos 05(cinco) utilizáveis, com velocidade mínima de 100 Mbps (cem megabits por segundo), full duplex (com 100% garantia de banda up e down), por 12(doze) meses.

**RENOVAÇÃO:** Fica renovado pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 16/12/2020.

**ANDERSON ETTER**  
Diretor-Geral - SEMAE

*São Leopoldo, berço da colonização alemã no Brasil.*

**Publicado por:**  
Márcia Simone Guimarães Machado  
**Código Identificador:**C224FC3B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDITAL DE REPASSE DO SUBSÍDIO REFERENTE AO**  
**ART.2º DA LEI ALDIR BLANC”.**

**EDITAL Nº 003/2020**  
**SUBSÍDIO –ART.2º DA LEI ALDIR BLANC**

“Edital de repasse do subsídio referente ao art.2º da Lei Aldir Blanc”.

O Município de São Martinho, no uso de suas atribuições, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura, torna público o Edital de repasse pré-estabelecido do subsídio mensal às Entidades Culturais, com base no artigo 2º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e Decreto nº 10.064 de 17 de agosto de 2020.

Segue a lista das Entidades com valores pré-estabelecidos no Plano de Ação e que deverão aguardar posicionamento do Setor de Contabilidade para posterior transferência:

NÚMERO	ENTIDADE	CNPJ	VALOR (R\$)
01	Centro de Tradições Gaúchas Cezimbra Jacques	88.734.710/0001-96	R\$ 2.179,07
02	Centro Cultural 25 de Julho de São Martinho	04.107.225/0001-00	R\$ 2.880,81
03	Salão de Festas Graeff	22.097.313/0001-42	R\$ 10.000,00

Fica aberto o prazo de os (02) dias úteis, a contar de 10 de dezembro do corrente ano, para os interessados entregarem a documentação listada na Ata nº 006/20 do Conselho Municipal de Cultura. A documentação deverá ser entregue, após ser protocolada junto ao setor de protocolos, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo sito à Avenida Osvaldo de Souza, 124, centro, São Martinho/RS, das 07h00min às 13h00min.



São Martinho/RS, em 09 de dezembro de 2020.

**MARINO KREWER**

Prefeito Municipal

**DIOGO SAMUEL RITTER**

Secretário Municipal de Administração

**Publicado por:**

Letícia Boelter da Silva

**Código Identificador:**0ACE9AA3

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL  
LEI MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL Nº 2107/2020, 11 de dezembro de 2020

**ALTERA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 561/2002 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo 2º da Lei Municipal nº 561/2002 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 112-B .....

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início:

I - a partir do parto, quando não necessitar da permanência de internação hospitalar;

II - no caso do nascido permanecer internado, a partir da alta hospitalar.

Art. 2º As disposições da presente lei aplica-se, inclusive, aos partos pretéritos em o nascido ainda permanece internado

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL-RS, 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

**GERI ANGELO MACAGNAN**

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

**LUANA CAMILA KUNZ ARAUJO**

Secretária Municipal de Administração

**Publicado por:**

Maierle Bombassaro

**Código Identificador:**656B299A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL  
LEI MUNICIPAL**

LEI MUNICIPAL Nº 2106/2020, de 11 de dezembro de 2020

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM DO SUL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estimada a Receita e fixada a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2021, que compreende:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta do Poder Público Municipal;

II - o Orçamento da Seguridade Social, que abrange todas as entidades e órgãos da Administração Direta a ele vinculados.

Art. 2º A Receita total estimada no Orçamento a que se refere o artigo 1º desta Lei é de R\$ 17.770.000,00 (dezesete milhões, setecentos e setenta mil reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o desdobramento constante nos Anexos desta Lei.

Art. 4º A Despesa total fixada é de R\$ 17.770.000,00 (dezesete milhões, setecentos e setenta mil reais), distribuída nas Categorias Econômicas e respectivos Grupos de Natureza da Despesa, constantes nos Anexos desta Lei.

Art. 5º Ficam assegurados recursos financeiros em sua plenitude para os investimentos em fase de execução, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, e com o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 6º A despesa orçamentária está estruturada, conforme prevê a Lei Federal nº 4320/64, até o nível de elemento da despesa, observado que, para fins de execução da despesas orçamentária, os Poderes ficam autorizados a:

I - criar, transferir ou extinguir os desdobramentos à classificação da despesa orçamentária;

II - criar ou modificar destinações de recursos dentro de um elemento existente no projeto ou atividade.

Art. 7º Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados, mediante Decreto, efetuar transposições, remanejamentos e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º As transposições, remanejamentos e transferências são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais.

§ 2º Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se como:

I - Transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II - Remanejamento: deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações de relativas a servidores que alteram a lotação durante o exercício;

III - Transferência: deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de governo.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado, de acordo com o disposto nos artigos 7º, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64 e no art. 165, § 8º da Constituição Federal, no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00, a:

I - abrir crédito suplementar, por excesso de arrecadação, para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente, até o limite recebido;

II - abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III - abrir crédito suplementar com saldo de recursos vinculados e livre não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário descomprometido;

IV - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (reestimativa).

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá usufruir da autorização dada pelo inciso II do caput deste artigo e, durante o exercício, abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o órgão.

Art. 9º O limite autorizado no artigo 8º desta Lei não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;